

## Pauta de reivindicações protocolada no Cruesp

*Fórum indica mobilização de data-base e convoca "Almoço na Reitoria" em 8/5*

**E**m reunião realizada no dia 25/4 com o atual secretário do Cruesp, professor Raul Vinhas Ribeiro, foi protocolada a pauta de reivindicações de professores, alunos e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza. O secretário do Cruesp declarou que os reitores, assim que analisarem a pauta protocolada, agendarão uma reunião de negociação.

Após a entrega da pauta, o Fórum reuniu-se em Campinas, tendo aprovado as seguintes propostas:

1. Promover amplo esclarecimento de que a situação financeira e econômica das universidades é compatível com as nossas reivindicações, em particular com os 13,5 % na data-base e uma política salarial com reajustes periódicos;



Campinas, 25 de abril: Fórum entrega pauta ao secretário do Cruesp, professor Raul Ribeiro (no destaque, à direita)

2. Para dar início à mobilização em defesa das nossas reivindicações, o Fórum promove no dia 8/5, terça-feira, o "Almoço na Reitoria".

Essa atividade terá a presença de estudantes, professores e funcionários e será realizada em cada uma das universidades.

## Voto duplo de Ada mantém USP no Provão

Um item regimental anti-democrático permitiu que a pró-reitora de Graduação, Ada Pellegrini, garantisse a permanência da USP no Provão, em votação do Conselho de Graduação (CoG) no dia 19 de abril. Ada proferiu dois votos na mesma decisão.

Antes de Ada votar, 19 conselheiros manifestaram-se favoravelmente à saída da USP do exame e outros 18 votaram pela permanência. Ada votou, então, duas vezes, cumulativamente: a primeira como membro do CoG, empatando a votação; e a segunda como presidenta, a quem cabe, pelo regimento, desempatar votações com o "voto de Minerva". Assim a permanência na USP foi vitoriosa por 20 votos a 19. Houve, ainda, cinco abstenções.

## 4º Congresso da USP aprova diretas para reitor

*Próximas plenárias: 4 e 5/5 na FAU. Participe!*

**N**a segunda etapa do 4º Congresso da USP, em 21/4, foram discutidos os temas Recursos Humanos e Estrutura e Poder na Universidade. As propostas aprovadas têm como objetivo a transformação da USP em uma universidade democrática e transparente.

Houve muitos aplausos quando da aprovação, por unanimidade, da proposta de eleições diretas para reitor, diretores de unidades, prefeitos de *campi* e diretores de hospitais universitários.

Na mesma plenária, os delegados aprovaram moção

condenando a violência cometida contra manifestantes no dia 20/4 pela PM. Foi também aprovada moção de repúdio aos responsáveis por punições a funcionários que participaram do 4º Congresso.

Nos dias 4 e 5/5 haverá novas sessões do 4º Congresso, onde serão discutidos os temas Avaliação; Estrutura de Graduação e Pós-Graduação; Ensino, Pesquisa e Ex-



Plenária de 11/4

tensão; Fundações e Autonomia; Financiamento; Orçamento; Espaço Físico dos *Campi*; articulação com outros movimentos sociais.

Sua contribuição para os debates e deliberações é fundamental. Participe!

Daniel Garcia

# PM fere 100 estudantes durante protesto

**A** brutal e gratuita repressão policial contra os manifestantes foi a marca principal do ato pacífico contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), realizado no dia 20 de abril, na avenida Paulista.

Os PMs realizaram diversos abusos, espancando manifestantes rendidos, golpeando na cabeça estudantes no chão ou já feridos, atirando balas de borracha à queima-roupa e lançando as bombas de efeito moral diretamente nos manifestantes, ferindo diversas pessoas com estilhaços.

O saldo final do conflito registrou mais de 100 manifestantes feridos, muitos deles com gravidade, 69 presos (a maioria menores de idade) e até mesmo relatos de tortura que participantes do protesto sofreram no 78º Distrito Policial, nos Jardins.

Pablo Ortellado, estudante de pós-graduação da USP, foi atingido por estilhaços de uma bomba de efeito moral e sofreu fratura exposta na perna e nos dedos da mão esquerda. "Já participei de inúmeras manifestações e nunca vi algo assim. Muitas pessoas apanharam na cabeça".

Após um primeiro conflito em frente ao prédio da Fiesp, a manifestação atravessou a Paulista em direção ao Masp. Nesse momento, os policiais se alinharam e fecharam o trânsito, passando a atacar os manifestantes pelas costas. Diversas pessoas foram encurraladas no vão do Masp e espancadas violentamente.

Uma aluna de graduação da USP, já caída no chão, levou vários golpes no rosto. Outra estudante foi cercada por quatro policiais e golpeada várias vezes na cabeça. Ambas foram hospitalizadas com ferimentos graves — a estudante da USP esteve ameaçada de perder a visão.

"Esses primeiros feridos, muitos, foram para o Hospital 9 de Julho buscar atendimento", lembra Ortellado. As primeiras vítimas chegaram a

ser atendidas ali. "O Hospital, vendo o número de vítimas, passou a negar atendimento. Quando as pessoas estavam na rua, chegaram dois camburões da polícia". Armados de metralhadoras e escopetas, os policiais ameaçaram e dispersaram os feridos.

## "Corredor polonês"

Apesar da ação policial, muitos manifestantes reuniram-se novamente, concentrando-se em frente ao Banco Central, ponto de chegada da passeata, onde algumas pessoas ocuparam o hall externo com faixas, batucada e fantasias. Um grupo de 200 mani-



Antônio Biondi

festantes foi atacado duramente pela PM. Sentados no chão, receberam inúmeros chutes e golpes de cassetetes, inclusive na cabeça. Cerca de 20 soldados formaram então um "corredor polonês" para dispersar os manifestantes, orientados a deixar o local.

Maria Paula Patrone Regules (**foto**), estudante da FFLCH, estava em frente ao BC quando os policiais voltaram a ameaçar e agredir com cassetetes os manifestantes que saíam. "Um rapaz que estava sendo agredido pela polícia caiu em cima do meu braço. Ao dizer que estava machucada e não poderia correr,

eles acertaram meu braço esquerdo", explica Maria Paula.

Ela sofreu fratura no cotovelo esquerdo e foi operada no Hospital 9 de Julho, que implantou um pino metálico no seu braço. A estudante registrou Boletim de Ocorrência na 4ª Delegacia de Polícia e fez exame de corpo de delito no Instituto Médico-Legal.

Das 69 pessoas detidas pela PM, 60 foram levadas para o 78º DP e submetidas a violências. Preso e espancado por solicitar a dois policiais ajuda no atendimento a uma pessoa ferida, Guilherme Figueiredo, bolsista do Cebrap na Unicamp, foi uma das vítimas de tortura no 78º DP.

Como outros manifestantes, Guilherme foi deixado de joelhos, de frente para a parede, sem poder se mexer. Os que falavam ou se mexiam demais apanhavam. Guilherme teve um tímpano perfurado.

## A CERT continua a agir arbitrariamente

**N**as últimas semanas vários docentes, que recentemente fizeram concurso de ingresso na carreira, contataram a Adusp para informar que receberam ofícios da CERT, solicitando que em dois anos encaminhem para a comissão relatórios circunstanciados de suas atividades.

Muitos desses docentes encontram-se há anos no exercício permanente no RDIDP, tendo vencido a etapa do período de experimentação, em momento anterior à realização do concurso de ingresso na carreira.

Conforme já amplamente divulgado nas matérias a respeito das atividades da CERT, é importante destacar que não existe qualquer fundamentação para solicitação de relatórios nesses casos e que o recurso administrativo é um primeiro passo para se pleitear o re-

conhecimento desse abuso de poder da CERT.

Vale lembrar que os problemas enfrentados pelos docentes do Instituto de Geociências, com todo o desgaste e implicações institucionais associados, tiveram início exatamente da mesma forma: com a solicitação descabida de relatórios não previstos na legislação vigente. Parte deles, recorde-se, obteve sucesso nos recursos administrativos.

### Motivação

Convém destacar que a solicitação dos relatórios tem sido realizada com base no artigo 3º da Resolução 3533/89, que afirma que a CERT poderia, sempre que necessário, inteirar-se das atividades que o docente vem desenvolvendo em RDIDP. Ora, todo ato administrativo requer motivação. Este é princípio essencial dos atos que regem o direito

administrativo. A motivação, por sua vez, não se justifica ao bel-prazer do administrador. Deve ter fundamento fático que coloque em dúvida a atividade do docente e, ainda, respaldo legal. Há muito questionamos a legalidade da CERT para sua atuação nesta seara.

A maneira pela qual a CERT tenta driblar a estrutura normativa da USP, tão ilegal quanto um desrespeito óbvio às normas, exige atenção redobrada e os protestos políticos, administrativos e legais cabíveis.

Infelizmente a recente mudança na presidência da comissão não alterou seus procedimentos, que continuam a gerar tensão e apreensão entre os docentes.

A Adusp continuará a defender, por todos os meios legítimos que dispõe, os associados que se sintam alvo de quaisquer tipos de arbitrariedade na universidade.

# Aplicação irregular de penas disciplinares a docentes

V em aumentando o número de casos na USP em que tem sido aplicado penas disciplinares a docentes. O problema dessas ações, a par dos motivos mais arbitrários que dão ensejo à aplicação dessas penalidades, é a forma pela qual os docentes têm tido seus direitos vilipendiados, sem sinais de constrangimento dos executantes.

De acordo com a legislação vigente, toda e qualquer punição, aí se incluindo portanto "advertências" aos docentes, só pode ser aplicada após o devido processo administrativo. Recentemente, num departamento da Escola Politécnica, houve casos de docentes que foram "punidos" com penas de advertência sem qualquer processo administrativo. Nesses casos é direito do docente se contrapor à medida via recurso administrativo ou via judicial, com objetivo de anular a penalidade. Um dos atingidos por esse tipo de advertência optou por defender-se pela via do recurso administrativo, tendo já obtido cópia da ata do Conselho de Departamento que prova a arbitrariedade contra ele praticada.

Segundo informações desse professor, em reuniões mantidas com o Diretor e Vice-Diretor da Escola, foi-lhe assegurado que haverá empenho pessoal de ambos no sentido de resolver o problema.

Caso mais grave ainda vem ocorrendo no IAG, onde foi formada uma Comissão Sindicante para apurar a "falta" de um de seus docentes, que teria "ousado" discordar da forma como a Chefia do Departamento vinha sendo exercida, criticando-a por adotar uma "política sectária e de exclusão". A pena de ad-

vertência foi a conclusão aprovada pela Comissão Sindicante, fazendo-nos imaginar o absurdo de que nesta universidade a liberdade de expressão não mais existe.

## "Economia processual"

A partir daí deu-se uma sucessão de irregularidades no IAG. Os mesmos membros da Comissão Sindicante foram nomeados para a Comissão Processante, que dá início ao processo administrativo, com fundamento na economia processual. Ora, toda a aplicação de infração disciplinar deve ser precedida de processo administrativo. O processo não é apenas *pro forma*, ele é a possibilidade de garantir ao indivíduo a ampla defesa.

Como fica a sua defesa quando a comissão que deve instruir o caso já se manifestou em relatório anterior pela culpabilidade do docente? A economia processual não deve



ser princípio a ser suscitado em face de tão poderoso emblema constitucional, que é a garantia da ampla defesa. Esta tem como pressuposto inicial a imparcialidade.

Para piorar a situação, na audiência inicial, gravada em fita, o docente do IAG, acompanhado de seus advogados, que em vão protestavam, ouvia do presidente da Comissão que todos os elementos que eles precisavam para condená-lo já estavam nos autos e aquela era só uma oportunidade de ele se manifestar, estando acompanhado dos advogados.

Novamente aqui urge dizer que a ampla defesa de um indivíduo não se satisfaz com a presença do advogado, ela deve ser real e efetiva. O pré-julgamento está evidente. Pa-

ra quê então o processo? Nem seria preciso lembrar que na época da ditadura nossos perseguidos políticos por vezes também tinham advogados, tal como no IAG, o que não lhes assegurava a ampla defesa.

## Ilegalidades

A polêmica que se deu em torno da fita desta sessão é um capítulo à parte. Vários

docentes têm conseguido obter cópia da parte da fita da sessão da reunião do Conselho Universitário em que seus processos são julgados, com base nos princípios da ampla defesa, da publicidade dos atos administrativos, mas no IAG essa solicitação foi negada.

A USP continua a permitir esses procedimentos ilegais, mesmo após o advento da Lei 10.177/89, que regula os processos administrativos estaduais. Não só tem permitido como dá respaldo para que essas arbitrariedades continuem a acontecer, já que no caso do IAG, por exemplo, os membros da Comissão contaram com a assessoria, *in loco*, de um membro da Consultoria Jurídica da USP.

Nos últimos dias, porém, atendendo requerimento que lhe foi dirigido pelos advogados do caso, o Diretor do IAG decidiu anular os atos praticados pela Comissão Processante e nomear outros membros para sua constituição. No entanto, o Diretor fez questão de afirmar que não entendia estar sendo violado o direito do devido processo legal. Se assim fosse, qual a razão da desconstituição da Comissão Processante anterior?

# As universidades têm dinheiro para atender nossas reivindicações

**E**stamos novamente em maio, mês da nossa data-base. Com a força de nosso movimento no ano passado, conseguimos um reajuste salarial que em janeiro de 2001 atingiu 24,52%. Um percentual respeitável se olharmos o quadro das negociações salariais nacionais, mas ainda pequeno se considerarmos o volume de perdas históricas que acumulamos (Tabela 1).

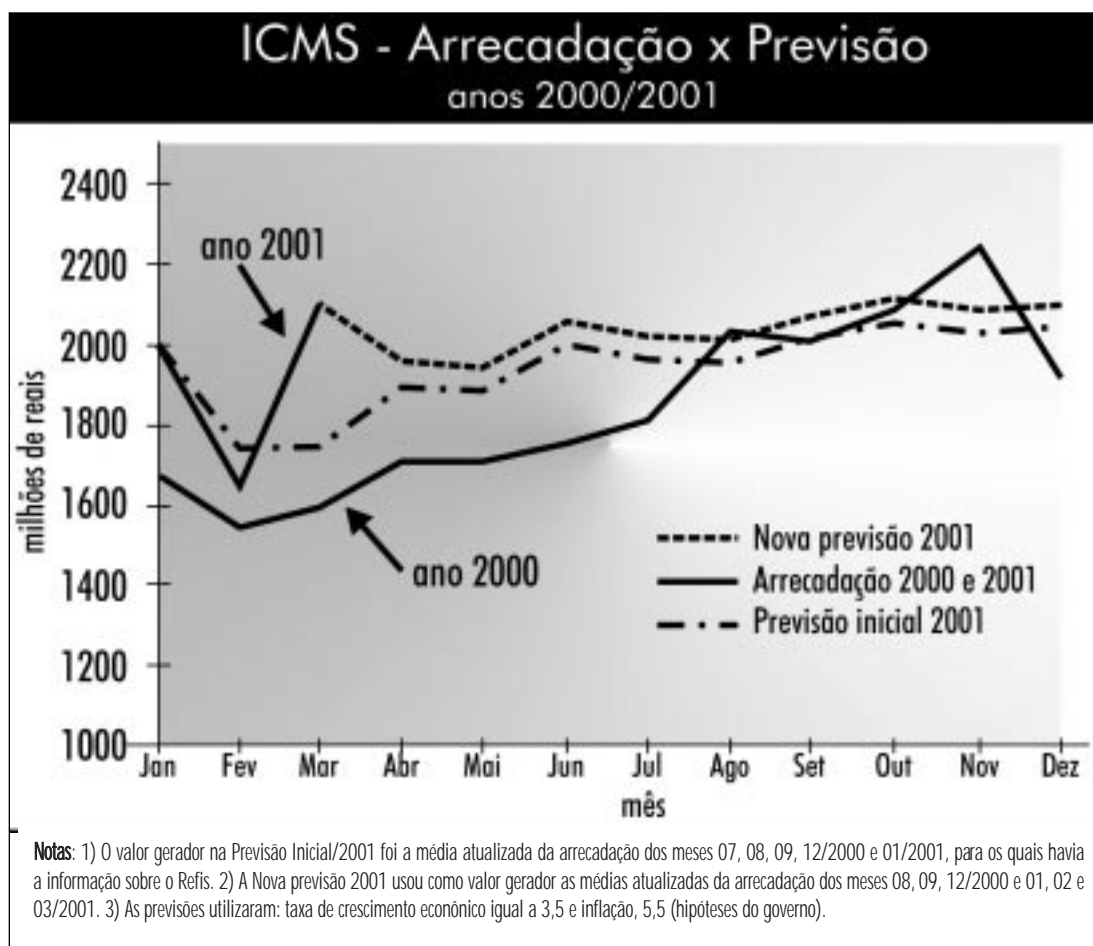
A reivindicação estabelecida no Fórum das Seis foi de um reajuste de 13,5% em maio. Compreende a reposição das perdas remanescentes de maio/95 a maio/00 e a reposição da inflação estimada então, entre maio/00 e maio/01. Reivindicamos, também, uma política salarial que preserve o poder aquisitivo dos salários ao longo do ano.

Isso ainda nos deixa longe dos horizontes históricos mostrados na Tabela 1. Também permanecemos bem abaixo do que vem sendo pago em escolas privadas de melhor qualidade, como a Unimep, onde o salário de um professor doutor em regime de dedicação gira em torno de R\$ 7.500 (dependendo da posição na carreira). Em outros tempos, nossos salários eram referenciais de suas campanhas salariais.

## Disponibilidade de recursos

O ICMS acumulou um crescimento nominal de 68% entre 1995 e 2000. No mesmo período nossos salários tiveram uma variação de 36%. Portanto, dentro do período considerado, fechamos o ano 2000 com a arrecadação cerca de 24% acima de nossos reajustes salariais.

Quanto ao ano 2001, o primeiro trimestre do ano fechou com uma arrecadação 19,4% superior a igual período do ano passado (parecido com o que aconteceu em



2000). Persistindo tal marca, teremos muito o que conversar na mesa de acompanhamento da política salarial. Tal desempenho supera as projeções que tínhamos no início do ano.

O gráfico em anexo mostra a arrecadação do ano passado, do primeiro trimestre de 2001, nossa previsão inicial, a partir de janeiro/01, e a previsão revista a partir da inclusão do executado no primeiro trimestre/01. Segundo essa última previsão, o reajuste de 13,5%, mais uma reposição bimensal pelo ICV-Dieese (estimada em 0,90%) permitiria que as três universidades terminassem o ano com um comprometimento acumulado de 88% — e a USP em particular ficaria em 84%.

## Movimento

Não será a disponibilidade de recursos que levará as reitorias a se moverem na dire-

## Tabela 1

	Jan/73(1)	Fev/89(2)	Abril/01	c/13,5%
Salário MS-3 RDIDP	9.326*	5.651*	3.645	4.137

\* em reais, a valores de hoje pelo ICV-DIEESE.

(1) Mês do pico salarial para os servidores das universidades estaduais paulistas.

(2) Mês do decreto que fixou repasses mínimos para as universidades estaduais paulistas.

ção de recuperação de nossos salários. Será o nosso movimento que mais uma vez poderá fazer com que projetos de premiação já engatilhados no CO não venham a se concretizar, sustentados por perdas salariais.

Também entendemos que este é um momento privilegiado para assumirmos um movimento que poderá encontrar eco junto à sociedade. Os jovens têm cada vez mais batido à porta estreita do vestibular nas universida-

des públicas. Em São Paulo atendemos menos de 10% da população universitária.

Se mantivermos o repasse de 9,57% do ICMS para nossas universidades, e a verba destinada ao pagamento das aposentadorias for contabilizada como tal, poderíamos assumir uma ampliação significativa do número de vagas. Valorizar esta luta poderá ser crucial para romper o cerco elitista que tentam manter sobre nossas universidades públicas.